

O MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO (MDB) E A DEFESA DA CONSTITUINTE COMO CAMINHO PARA A DEMOCRACIA¹

Autor

Douglas Souza Angeli, Unisinos²

RESUMO

Este artigo tem como enfoque a defesa da convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte como caminho para a redemocratização presente na documentação do Movimento Democrático Brasileiro (MDB) durante a ditadura civil-militar, especialmente ao longo da década de 1970. Foram as eleições de 1974 que tornaram o MDB um partido viável, com capital eleitoral e vislumbre da possibilidade de chegar ao governo da República. Nesse mesmo período, o partido passou a veicular um discurso programático próprio: a constituinte seria o caminho para o retorno da democracia. A consolidação do discurso emedebista pró-constituinte esteve articulada com seu crescimento eleitoral: o enfraquecimento do regime permitia ao MDB avançar em seu trabalho de oposição, enquanto o discurso pelo restabelecimento da democracia via constituinte conquistava a confiança de parte do eleitorado.

Palavras-chave: Movimento Democrático Brasileiro (MDB). Constituinte. Ditadura Civil-Militar.

1 INTRODUÇÃO

Após os recentes protestos ocorridos em diversas regiões do país, os noticiários passaram a tratar da convocação de uma constituinte específica para a reforma política, ideia da qual o governo recuou em seguida: "Depois de conversas com líderes do STF e do Congresso, o governo decidiu pela solução de

¹ Este artigo é resultado do trabalho de conclusão do curso de História "Sombra, medo e pesadelo: o MDB e a construção de um discurso de oposição na ditadura militar", apresentado em 2012 no Unilasalle e orientado pelo Me. Rodrigo Lemos Simões.

² Mestrando em História pela Unisinos. Bolsista do programa CAPES-PROSUP.

XI SEMINÁRIO DE ESTUDOS HISTÓRICOS:

*"A DEMOCRACIA AINDA É A QUESTÃO: REFLEXÕES SOBRE A
DITADURA CIVIL-MILITAR E A COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE"*

‘convergência possível’, diante das críticas e empecilhos jurídicos citados para a criação de uma Constituinte específica”³. Em momentos de crise política, a palavra constituinte surge como possível solução. Durante o chamado “escândalo do mensalão”, em 2005, o ex-senador Paulo Brossard de Souza Pinto concedeu uma entrevista sobre esse tema ao Jornal do Comércio:

Agora eu ouço falar em constituinte, mas quem é que pode convocá-la? Ninguém. Uma constituinte é convocada quando ocorre uma quebra da legalidade. Depois de 20 anos de governo autoritário, a constituinte, digamos, era uma decorrência da anormalidade criada. Não é o ocorre hoje. A constituinte não se faz quando quer⁴.

Isso demonstra a atualidade desse trabalho, que vai buscar no discurso partidário veiculado pelo Movimento Democrático Brasileiro (MDB) durante a década de 1970 a defesa da constituinte como caminho para o fim da ditadura civil-militar e para a redemocratização do país. Este artigo surge como desdobramento do trabalho de conclusão do curso de História intitulado “Sobra, medo e pesadelo: o MDB e a construção de um discurso de oposição na ditadura militar”, apresentado em 2012 no Unilasalle. Como metodologia, optamos por uma pesquisa histórica qualitativa, utilizando análise textual discursiva (MORAES; GALIAZZI. 2007).

Para José Murilo de Carvalho, a promulgação de nossa atual constituição, ocorrida em 1988, foi antecedida por um clima de otimismo, embalada pela campanha das diretas e pela eleição de Tancredo Neves. Esse otimismo prosseguiu “na eleição de 1986 para formar a Assembleia Nacional Constituinte, a quarta da república” (2013, p. 200). Entretanto, o tema da constituinte já estava sendo desenvolvido há mais de uma década, quando sua defesa enquanto caminho para a

³ GOVERNO recua de Constituinte, mas mantém plebiscito de reforma política. BBC Brasil. 2013. Jun, 25. Disponível em: http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2013/06/130625_constituente_atualiza_pai.shtml.

⁴ PARA Paulo Brossard, parlamentarismo resolve crises. Entrevista concedida ao jornalista Milton Gerson. Jornal do Comércio. 2005. Ago, 08. P. 22-23.

XI SEMINÁRIO DE ESTUDOS HISTÓRICOS:

"A DEMOCRACIA AINDA É A QUESTÃO: REFLEXÕES SOBRE A DITADURA CIVIL-MILITAR E A COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE"



redemocratização ganhou corpo no discurso partidário do Movimento Democrático Brasileiro (MDB).

A ditadura civil-militar, implantada em 1964, promoveu a vigilância e o controle no intuito de sufocar os políticos opositores. Num primeiro momento, o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), sigla do presidente deposto João Goulart, do ex-governador do Rio Grande do Sul Leonel Brizola e do ex-presidente Getúlio Vargas, foi o alvo para o qual a ditadura direcionou-se de forma mais agressiva (D'ARAÚJO, 1994, p. 70).

A decretação do Ato Institucional N.º 02, em 1965, provocou a extinção de todos os partidos políticos, *"condicionando a constituição de partidos a rígidas exigências"* (DOCKHORN, 2002, p. 142). Segundo Gilvan Dockhorn, devido às exigências, as novas organizações partidárias ficaram reduzidas a duas:

A Aliança Renovadora Nacional (ARENA), representando o governo, mas sem uma unidade capaz de garantir as pretensões governistas, e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB) que formou o contraponto congressista através de uma oposição concedida. O regime pretendeu dar início à estruturação e legitimação de uma nova ordem política (2002, p. 142).

Após 1965, o Movimento Democrático Brasileiro (MDB) passou a ser o alvo da perseguição política, de uma ditadura que também perseguia estudantes, sindicalistas, religiosos, jornalistas, artistas e qualquer um que se expusesse na crítica ou combate ao regime e aos seus agentes políticos. Nas palavras do senador Pedro Simon (PMDB-RS), o *"MDB era o partido de oposição num tempo de sindicatos manietados, professores expurgados das universidades, estudantes punidos e proibidos de estudar (2006, p. 07)"*.

2 O MDB E A DEMOCRACIA

O conjunto de documentos do diretório municipal do MDB de Canoas, composto por livros de ata, cópias de atas avulsas, publicações, e correspondência recebida e expedida em geral, nos permite entrar em contato com traços, rastros do

XI SEMINÁRIO DE ESTUDOS HISTÓRICOS:

"A DEMOCRACIA AINDA É A QUESTÃO: REFLEXÕES SOBRE A
DITADURA CIVIL-MILITAR E A COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE"



passado, vestígios que restaram de um discurso de oposição à ditadura, veiculado pelo partido e registrado em sua escrita ordinária. São dezenas de atas de reuniões que registram as atividades do partido nas décadas de 60 e 70, sintetizando as principais falas e assuntos sobre os quais se deliberou.

Nesses documentos, percebe-se a forma cuidadosa, acurada com que se registrava o contexto político nacional e as ações e estratégias de um partido de oposição em tempos de censura, repressão, cassações e prisões. Nas várias laudas de velhos livros de ata e ofícios amarelados pelo tempo, se identifica, com apoio da bibliografia sobre o tema, menções à ditadura mesmo que nessas várias dezenas de documentos não esteja, em linha alguma, inscrita a palavra *ditadura*.

Na maior parte dos registros, encontramos referências vagas, registros frios e sinópticos, generalizações a exemplo da forma como se transcreveu a fala do deputado estadual Carlos Giacomazzi em reunião de maio de 1972, em pleno governo do ditador Médici: “Inegável era a atitude corajosa com que se vinha desempenhando o trabalho de oposição, principalmente, tendo-se em vista a atual conjuntura política do país⁵”. Ou então, o registro da reunião seguinte, quando vencida a pauta, “foram analisados alguns aspectos da vida política nacional, tendo como base, fundamentalmente, a ação do governo central⁶”.

Integrantes de um partido heterogêneo, no qual conviviam antigos trabalhistas, políticos de esquerda que optaram pela oposição legal, membros de partidos extintos como o PSD e o Partido Libertador, e componentes de uma geração que havia iniciado na política já dentro do MDB, moldar pontos programáticos em comum foi uma tarefa difícil para os emedebistas. Com o avanço da abertura política e as sucessivas vitórias eleitorais da oposição, a possibilidade de redemocratização do país passou a propiciar o tom do discurso político. Em

⁵ MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO. Ata N.º 003/72. Reunião do Diretório Municipal do MDB de Canoas. 1972 mai. 03.

⁶ MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO. Ata N.º 004/72. Reunião da Executiva Municipal do MDB de Canoas. 1972 mai. 11.

XI SEMINÁRIO DE ESTUDOS HISTÓRICOS:

"A DEMOCRACIA AINDA É A QUESTÃO: REFLEXÕES SOBRE A
DITADURA CIVIL-MILITAR E A COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE"



seguida, o MDB definiu o retorno da democracia através da convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte como sua bandeira prioritária.

No próprio nome da legenda, *Movimento Democrático Brasileiro*, está expresso o princípio fundamental do partido: vivia-se um regime de exceção e era necessário o retorno da democracia. Em ofício encaminhado ao Prefeito Municipal de Estrela, RS, parabenizando-o pelas comemorações de um ano da vitória eleitoral das “*forças opositoras*” na cidade do Vale do Taquari, o presidente do MDB de Canoas, Paulo Enor da Silva Nunes, utilizou a expressão “*civismo democrático*”⁷.

A *Carta de Princípios* do setor jovem do MDB é um traço para compreendermos a concepção de democracia para os emedebistas. O documento trazia como princípios fundamentais a democracia e a liberdade, e a igualdade de todos os cidadãos perante a lei era associada à anistia “*ampla e total*”⁸. O documento defendia o regime representativo, compreendendo-o da seguinte forma: a) O cidadão deve ter o direito de escolher livremente seus representantes nos poderes legislativos e executivo, inclusive nas capitais e nas chamadas “*áreas de segurança nacional*”; b) Liberdade de organização partidária; c) Imunidade parlamentar. Além disso, pregava-se a intangibilidade do Poder Judiciário, sendo vedados os tribunais de exceção e o julgamento de civis por militares, salvo nos casos de crime contra a “*segurança externa*”⁹.

O regime democrático também estava associado à liberdade de crença, de culto, de associação, de reunião, de ideologia política e de manifestação de pensamento, à liberdade e autonomia a todos os órgãos sindicais e estudantis e à participação dos estudantes na direção das escolas universitárias. O texto também defendia a dissolubilidade do vínculo matrimonial (divórcio), a participação dos

⁷ NUNES, Paulo Enor da Silva. Ofício ao Prefeito Municipal de Estrela, RS, Gabriel Aloysio Mallmann. 1973 dez. 11. Texto datilografado.

⁸ CARTA de princípios do Setor Jovem Estadual do MDB/RS. Aprovado na IV Convenção Estadual do Setor Jovem do MDB do Rio Grande do Sul. 1975 jun. 01. Texto datilografado.

⁹ Idem.

XI SEMINÁRIO DE ESTUDOS HISTÓRICOS:

"A DEMOCRACIA AINDA É A QUESTÃO: REFLEXÕES SOBRE A
DITADURA CIVIL-MILITAR E A COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE"



trabalhadores na direção das empresas e a reformulação da política educacional em todos os níveis¹⁰.

Embora o retorno do regime democrático já fosse defendido pela direção nacional do MDB desde 1966 (DELGADO, 2006, p. 46), na segunda metade da década de 70 surge um elemento de unificação do discurso partidário: a democracia seria alcançada com a realização de uma constituinte nacional. No *Manual da Constituinte*, a tática emedebista apresenta uma linha de raciocínio político:

Não há democracia sem o fim das leis de exceção, sem anistia ampla e irrestrita, como condição inicial e indispensável. Uma constituinte que garanta o explícito neste trabalho, seria o passo seguinte para termos democracia em nosso País. E isto se faz necessário dizer, no momento em que setores oposicionistas parecem esquecer que não há democracia sem o fim das leis de exceção, sem ampla liberdade de opinião, informação, criação, manifestação e organização, sem anistia ampla e irrestrita e uma constituinte democrática¹¹.

O manual publicado pelo MDB dava conta da própria noção de democracia compartilhada ao menos pelos dirigentes do partido, e ressaltava a relação entre o regime democrático e a participação:

Só há democracia quando você participa. Você pode com seu voto dizer: escolho este ou aquele partido, este ou aquele candidato para fazer as leis e fiscalizar seu cumprimento no Congresso Nacional, bem como para executar, tornar realidades essas leis, o que é a função do Presidente da República, do Governador de cada estado e do Prefeito. [...] Você, eleitor, pode mudar o Governo e os Senadores e Deputados. Isso é democracia. Quem decide, quem manda é você, eleitor¹².

Para Renato Janine Ribeiro, "*a democracia é, dos regimes políticos, o que mais exige dos cidadãos*", pois "*somente nela, as mesmas pessoas que obedecem, mandam*" (2000, p. 176). Nesse sentido, o texto do manual rejeita uma possível

¹⁰ Ibidem.

¹¹ SETOR JOVEM DO MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO. Caderno Político N.º 1. Secretaria de Divulgação e Imprensa – Setor Jovem Estadual. Porto Alegre, RS. 1975 jun. P. 09.

¹² MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO. Manual da Constituinte. MDB em ação. Coleção Alberto Pasqualini (Volume XIV). Brasília: Diretório Nacional do MDB, 1977. P. 09.

dicotomia entre participação popular e democracia e, além disso, amplia essa noção ao deixar claro que a participação não deve se proceder somente nas eleições: na sequência, há a defesa do voto direto do povo para eleição dos governantes e também a necessidade da fiscalização do governo por parte dos cidadãos, que também deveriam expressar suas reivindicações através “de sua crítica, dos senadores, deputados e vereadores, dos sindicatos, das associações de classe, das manifestações populares ordeiras, da imprensa [...] sem censura¹³”.

3 A CONSTITUINTE COMO CAMINHO PARA A DEMOCRACIA

A defesa da convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte passou a ser, para o MDB, a primordial estratégia para cumprir seu papel de oposição que buscava um caminho pacífico e institucional para o retorno do regime democrático. O setor jovem do MDB expressava, em 1975, quais deveriam ser os princípios básicos do partido: luta por anistia ampla e irrestrita; e uma nova constituinte que garantisse ampla liberdade de opinião, informação, criação, manifestação e organização, a reconquista, pelo Poder Legislativo, dos poderes inerentes a legislativos de Estados que gozam da plenitude democrática, o restabelecimento das eleições diretas para Presidente da República, governadores e prefeitos de todos os municípios brasileiros¹⁴.

Para a Convenção Estadual do MDB-RS de 1977, era necessária a mobilização do partido, e esta deveria se dar em torno da proposta de luta por uma Assembléia Constituinte “livremente eleita e com anterior liberdade de organização e expressão para qualquer partido político, como única forma de solucionar o impasse

¹³ Idem. P. 26.

¹⁴ SETOR JOVEM DO MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO. Caderno Político N.º 1. Secretaria de Divulgação e Imprensa – Setor Jovem Estadual. Porto Alegre, RS. 1975 jun. P. 07-08.

XI SEMINÁRIO DE ESTUDOS HISTÓRICOS:

"A DEMOCRACIA AINDA É A QUESTÃO: REFLEXÕES SOBRE A
DITADURA CIVIL-MILITAR E A COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE"

político que vive [vivia] o país¹⁵". Aprovada como prioridade a luta pela constituinte, o diretório regional encaminhou solicitação aos vereadores da sigla para que, em todas as sessões das Câmaras Municipais, houvesse pelo menos um parlamentar escalado para falar sobre o tema, "tendo inclusive o cuidado de fazer convite aos nossos companheiros [do MDB] para ouvir e prestigiar as manifestações¹⁶".

Assim, a campanha pela constituinte se ramificou pelos diretórios municipais, propondo-se um debate no seguinte sentido:

O Estado de tal forma se divorciou da Nação, que está angustiada e oprimida, clama numa só voz para que lhe devolvam os instrumentos de sua segurança, estabilidade, harmonia e desenvolvimento. [...] O Brasil, reconciliado e fortalecido, sem vitoriosos arrogantes e prepotentes, nem vencidos e punidos até na família precisa reencontrar-se com seus objetivos permanentes da pátria. É a Constituinte. A Constituinte é a voz da Nação que há de ser ouvida. [...] A Assembléia Nacional Constituinte é a solução global e não casuística, imposta pela lógica política, pela coerência, pela integração dos ideais e dos interesses de todos na Nação¹⁷.

Dessa forma, o tema da constituinte passa a ser, segundo o MDB, o centro do debate político visando ao retorno da democracia. Para tal, a "participação de todo o povo no debate" em torno do tema era fundamental: "A luta é de todos e todos são convocados a nela se integrar: trabalhadores, donas de casa, estudantes, empresários, comerciantes, funcionários, juristas, intelectuais, gente da cidade e dos campos¹⁸". Mais uma vez se observa a estratégia oposicionista de buscar um respaldo popular para suas reivindicações, tentando a aproximação com vários segmentos da sociedade.

A leitura emedebista sobre o momento histórico que se vivia é claramente manifesta no *Manual da Constituinte*:

¹⁵ SÍNTESE das propostas aprovadas pelo Diretório Regional para serem encaminhadas à Convenção Estadual Extraordinária do MDB a ser realizada em 28 e 29 de maio de 1977. 1977 mai. Texto datilografado.

¹⁶ MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO. Circular n.º 20/77-Executiva Regional. 1977 ago. 23. Texto datilografado.

¹⁷ CONSTITUINTE – Nota oficial do MDB. Diretório Municipal do MDB de Guarulhos, SP. [1977?]. Impreso.

¹⁸ MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO. Manual da Constituinte. MDB em ação. Coleção Alberto Pasqualini (Volume XIV). Brasília: Diretório Nacional do MDB, 1977. P. 02.

XI SEMINÁRIO DE ESTUDOS HISTÓRICOS:

"A DEMOCRACIA AINDA É A QUESTÃO: REFLEXÕES SOBRE A
DITADURA CIVIL-MILITAR E A COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE"



Depois de 1964, os governos que não foram eleitos pelo povo outorgaram e mantêm a Carta Constitucional em vigor, leis e decretos (atos institucionais, atos complementares, decretos, decretos-leis e portarias) que lhes dá um poder muito grande e, portanto, retira da maioria seus direitos e a independência dos Poderes Legislativos e Judiciário. Essas leis dão ao governo o arbítrio de não prestar contas a ninguém. Se os deputados ou senadores da oposição incomodam, o Congresso é fechado. Ou então, deputados e senadores são cassados. Uma Constituinte é necessária para a elaboração de uma constituição que devolva o País à normalidade democrática¹⁹.

Outro tema que marcou o debate político da segunda metade da década de 1970 foi o da anistia. Mesmo com poucas citações à anistia na documentação do diretório local do MDB, é importante destacar o que o diretório nacional afirmava ser a anistia. Segundo o mesmo *Manual da Constituinte*, anistia significava “esquecimento e reconciliação”²⁰. Eis sobre:

Anistia é como amnésia, palavra da mesma origem, quer dizer esquecimento, não se lembrar, como se coisas que aconteceram realmente não existiram. [...] A anistia é a pacificação da família brasileira, para que não haja vencidos nem vencedores, para que a fraternidade una todos os brasileiros. A Anistia é grande conquista do Estado de Direito. Anistia é a paz. [...] A Assembléia Nacional Constituinte, propondo-se a organizar o Estado de Direito, com poder eficaz para garantir a ordem e promover a segurança, tem a Anistia como uma de suas metas²¹.

Em reunião do diretório municipal do MDB realizada em Canoas, em 26 de agosto de 1979 - ao apagar das luzes do bipartidarismo, foi registrada uma fala sobre a anistia. Tratava-se na manifestação de Ney de Moura Calixto, um dos beneficiados pela anistia, pois tivera seus direitos políticos cassados no início do regime. Calixto fez uso da palavra para externar sua satisfação em retornar as atividades políticas, após ter sido um dos atingidos pelas “medidas discricionárias do chamado governo revolucionário, que alijou da vida pública e política um enorme

¹⁹ MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO. *Manual da Constituinte*. MDB em ação. Coleção Alberto Pasqualini (Volume XIV). Brasília: Diretório Nacional do MDB, 1977. P. 02.

²⁰ Idem. P. 64-65.

²¹ Ibidem.

contingente de brasileiros patriotas, por se houverem mantidos fiéis e conscientes cumpridores da Constituição”²². Para Ney Calixto, a anistia se apresentara como perdão, para ele e para muitos outros brasileiros; entretanto, “nada significava, pois que perante sua consciência, tinha plena convicção de que tudo o que fizera fora no estrito cumprimento do dever”²³.

4 O TEMA DA CONSTITUINTE: DO MDB AO PMDB NA FASE DA ABERTURA

Após quase quatorze anos de polarização política entre ARENA e MDB, as agremiações criadas na ditadura não viveriam para ver o início de 1980. O retorno do pluripartidarismo foi aprovado pelo Congresso Nacional em fins de 1979, na condição de estratégia governista: o propósito do governo era, além de dividir a oposição, constituir um partido de centro aglutinando os moderados do ex-MDB e os dissidentes liberais da ex-ARENA (SOUSA, 2006, p. 70).

O Partido Democrata Social (PDS) substituiu a ARENA enquanto sigla de apoio ao governo, enquanto o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) substituiu o MDB, embora mantendo somente 50% dos parlamentares eleitos em 1978 (SOUSA, op. cit, p. 71). Para Tarcísio Delgado, deputado à época, ao acrescentar o “P” à antiga sigla, “o PMDB queria deixar claro para a nação que seus compromissos eram os mesmos do MDB” (2006, p. 203). O panorama partidário completava-se com a fundação do Partido Democrático Trabalhista (PDT), fundado por Leonel Brizola; o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), que embora liderado por Ivete Vargas não guardava relação com seu homônimo do período anterior a 1965; o Partido dos Trabalhadores (PT), surgido fora do parlamento e com bases sindicalistas (haja vista o seu líder Luis Inácio Lula da Silva); e o Partido Popular

²² MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO. Ata n.º 14. Reunião do Diretório Municipal do MDB de Canoas para eleição da Comissão Executiva Municipal. 1979 ago. 26.

²³ Idem.

XI SEMINÁRIO DE ESTUDOS HISTÓRICOS:

"A DEMOCRACIA AINDA É A QUESTÃO: REFLEXÕES SOBRE A
DITADURA CIVIL-MILITAR E A COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE"



(PP), liderado por Tancredo Neves – que intencionava formar uma agremiação de centro (SOUSA, 2006, p. 71).

No PMDB, o discurso partidário era pautado pela ideia de continuidade das ações do MDB e na fixação de diretrizes. Dessa forma, o setor jovem do recém-fundado PMDB manifestava: “o PMDB dando continuidade ao trabalho do antigo MDB, que foi extinto pela ditadura militar, quando este se tornava opção de governo, opõe-se consciente e ativamente ao regime e luta pelos anseios do povo²⁴”. Segundo esse documento, a luta do PMDB, continuando o trabalho do MDB, era por melhores condições de vida, pela volta do regime representativo, e pela restauração da democracia, “que foi roubada da nação brasileira após o golpe de 64”²⁵.

No programa do setor jovem do PMDB foram referidas como prioridades programáticas do PMDB: 1) Luta por eleições diretas em todos os níveis, com a volta imediata do pleno Estado de Direito; 2) Luta pelo efetivo cumprimento das normas constantes da Declaração Universal dos Direitos Humanos; 3) Luta pela convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte, livre e soberana²⁶.

Na esfera nacional, o partido também retomava, em seu discurso, o histórico de atuação do MDB:

Editado o Ato Institucional n.º 5 e outorgada, pela Junta Militar que veio a arrebatá-lo, a Carta Constitucional ainda hoje vigente, o MDB, com seus quadros abalados ou quase exterminados, pela cassação, o exílio e, até, a morte, prosseguiu na sua luta [...]. Na fase mais virulenta e impiedosa da repressão, quando toda a imprensa esteve sob constante censura, o MDB, a Igreja, a OAB, a ABI poucos e perseguidos setores da sociedade foram as únicas vozes a se oporem à brutalidade de uma iníqua e sistemática opressão. [...] O MDB, assim, terminou por se transformar em legítimo, autêntico e poderoso movimento de combate ao regime autoritário. E as suas conquistas, a começar pela própria institucionalização da oposição, já são valiosas. Estão aí a anistia, a revogação do AI-5, as

²⁴ PARTIDO DO MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO. Programa do setor jovem do PMDB. Canoas. [1980?]. Texto datilografado.

²⁵ Idem.

²⁶ Idem.

XI SEMINÁRIO DE ESTUDOS HISTÓRICOS:*"A DEMOCRACIA AINDA É A QUESTÃO: REFLEXÕES SOBRE A
DITADURA CIVIL-MILITAR E A COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE"*

eleições diretas para os governos estaduais e a descompressão da censura amordaçadora dos meios de comunicação²⁷.

Dentre a documentação pesquisada, chama a atenção os arquivos do setor jovem do PMDB, principalmente entre 1980 e 1982. Havia uma apropriação do contexto nacional, expresso, por exemplo, no material de campanha de uma das chapas concorrentes na convenção municipal do setor jovem do PMDB de Canoas:

A miséria cresce dia-a-dia, a inflação está passando os 100%, os salários já não dão pra nada. Ainda por cima, os responsáveis pelo governo deixam cada vez mais a mostra sua incompetência para resolver os problemas que afligem a nação. E mais: também aprontam a toda hora sacanagens contra o povo, como por exemplo o adiamento das eleições municipais, a entrega da Amazônia para os gringos, a destruição do prédio da UNE²⁸.

Os concorrentes da chapa colocavam-se à disposição para “denunciar a corrupção, a entrega das nossas riquezas naturais para os estrangeiros, o terrorismo, o acordo nuclear com a Alemanha, a repressão aos trabalhadores e estudantes²⁹”. Quanto ao trabalho partidário, se propunham a “organizar amplas campanhas de divulgação e mobilização pela convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte, por eleições em 82, por eleições em todos os níveis³⁰”.

Do panfleto intitulado “Mãos à obra... cantando:”, destacam-se alguns versos que demonstram a ampliação do limite aceitável de crítica ao regime militar:

Quem manda é o Delfim / É o que todo mundo diz / Ou seguramos o homem / Ou ele vende o país / A inflação descambou / Já passou dos 100 por cento / São 60 bi de dívida / Isso é um grande descaramento / Chega de intervenção / Queremos governo eleito / Mãos à obra pra botar / Giacomazzi

²⁷ PARTIDO DO MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO. Decisão do Diretório Nacional do PMDB de promover Campanha Nacional pelas eleições diretas do Presidente da República. 1983 abr. 14. Texto datilografado.

²⁸ PROGRAMA da chapa “Mãos à obra”, concorrente à Convenção para escolha da direção do Setor Jovem do PMDB de Canoas. 1980 dez. Texto datilografado.

²⁹ PROGRAMA da chapa “Mãos à obra”, concorrente à Convenção para escolha da direção do Setor Jovem do PMDB de Canoas. 1980 dez. Texto datilografado.

³⁰ Idem.

XI SEMINÁRIO DE ESTUDOS HISTÓRICOS:

"A DEMOCRACIA AINDA É A QUESTÃO: REFLEXÕES SOBRE A
DITADURA CIVIL-MILITAR E A COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE"

de prefeito / Com a anarquia no Brasil / Nós temos que terminar / Mãos à obra todo o povo / Com a constituinte vai mudar ³¹.

Além da crítica mais aberta ao regime, contrastando com os tempos de maior vigilância, há dois elos de ligação com o extinto MDB: a pregação em favor da convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte e a reivindicação de eleições diretas para prefeito, buscando restituir a Carlos Giacomazzi o cargo que a ditadura havia lhe tomado em 1968³².

A crítica ao regime passava a se apresentar de uma forma mais veemente, como demonstram os poemas presentes na *Décima da Constituinte*, escrita pelo ex-deputado estadual (cassado em 1966), e advogado trabalhista Darcy Von Hoonholtz, então dirigente do PMDB de Porto Alegre. Os poemas foram impressos pelo setor jovem estadual do PMDB em 1981, e ressaltam em versos os dissabores causados pela ausência de um regime democrático, primeiramente no campo econômico:

Diz o Delfim que o salário / é o culpado da inflação. / Mas isto é uma empulhação / que só engana otário / Um mentiroso se pega / bem mais depressa que um coxo; / dezesseis anos de arrocho / em cima da classe obreira, / e o preço corre carreira / no cavalo do João, / salário, de pé no chão / vai ficando na poeira... / Virou artigo de luxo / o tradicional feijão preto, / já não se põe mais no espeto / a picanha ou a costela; / preço já não tem tabela. / Só o salário é tabelado, e vem de canto chorado / e vida, nesta mazela / Vão de elevador os preços / e os salários pela secada, / nessa corrida danada / quem perde é o trabalhador / A panela que ele encheu / é a das multinacionais / junto com seus comensais. / E o povo agora descobre / que, por mais que se descobre, / neste regime, xô-mico! / O rico fica mais rico / e o pobre fica mais pobre³³

Na sequência, destaca a situação do ensino público: "A instrução é privilégio / de uma escassa minoria / que é menor a cada dia. / As verbas da educação / sofrem tanta redução, / que o dito ensino público / é o dito pelo não dito / para os jovens do

³¹ Ibidem.

³² Conforme o capítulo 4 deste trabalho (*Relações de poder na longa noite da ditadura civil-militar*).

³³ HOONHOLTZ, Darcy Von. *Décima da Constituinte*. Porto Alegre: Setor Jovem Estadual do PMDB/RS, 1981. P. 04-06.

povão³⁴". E avança em sua interpretação do cenário político da abertura *lenta, gradual e segura*:

Num verdadeiro deboche, / a 'Campanha da pechincha' / quis transformar
em pedincha / o nosso trabalhador. / Enquanto que um senador / ou
governador de proveta / ganha de graça uma teta, / e é Excelência, sim
senhor / [...] Ditadura toda inteira / é meia democracia; / nela quem sofre
não pia / e só fica na saudade; / em qualquer atividade / só se pode bater
palmas, / e, na bacia das almas, / é vendida a liberdade / Só mesmo usando
perneira / se vai a baile de cobra. Do jeito que se desdobra, / a abertura
oficial / fica pra outro carnaval; / pois a nossa 'democracia' / é obra de Santa
Engrácia / de tão lenta e tão gradual³⁵.

E tal qual a anistia, a constituinte era vista como uma forma de reconciliação,
em meio a dúvidas de uma abertura sob as bênçãos de Santa Engrácia:

Jacaré nada costas, / em rio de muita piranha. / A massa não quer
barganha, / e a santo que não conhece / não reza, nem oferece. / Se
esqueceu o que bateu, / quem apanhou e sofreu / garanto que não esquece
/ Somente uma constituinte / vai resgatar a Nação, / numa nova
Constituição / que devolva ao eleitor, / sem fazer nenhum favor / o
inalienável direito / de eleger o seu prefeito, / também seu governador³⁶.

Assim, havia demonstrações de que a crítica aberta ao governo era cada vez
mais possível, apesar dos retrocessos da abertura promovidos pela chamada linha-
dura: em 1980, os atentados contra a OAB e na Câmara Municipal do Rio de
Janeiro; e as bombas do Rio-Centro em 1981 (PRIORE; VENÂNCIO, 2010, p. 286).
Assim, não havia consenso no próprio governo; era um período em que, segundo
Tancredo Neves, "a política, como nau sem rumo" navegava "ao sabor dos ventos,
despertando a insânia de uns, a ambição de não poucos e a má-fé de muitos" (2011,
p. 174).

³⁴ HOONHOLTZ, Darci Von. Décima da Constituinte. Porto Alegre: Setor Jovem Estadual do PMDB/RS, 1981. P. 09.

³⁵ Idem. P. 11-16.

³⁶ Ibidem. P. 17-18.

5 CONCLUSÕES

O MDB era, no início da década de 1970, um partido de oposição consentida, vigiada, punida e contida, que buscava responder às novas situações geradas pela implantação da ditadura civil-militar e, ao mesmo tempo, era uma continuação do quadro partidário pré-64 (com predominância do trabalhismo). Ademais, possuía uma heterogeneidade que o impedia de traçar uma estratégia coesa, faltando-lhe um discurso agregador. As cassações e a legislação punitiva, somadas ao insucesso eleitoral de 1966 e 1970, levavam setores do partido a cogitar a autodissolução ou a não participação nas eleições de 1972, ao passo em que alguns queriam radicalizar a atuação do partido e outros buscavam um diálogo maior com o governo. Mesmo em Canoas, onde havia maioria na Câmara Municipal e um deputado estadual eleito, os emedebistas ressentiam-se da pouca efetividade de sua atuação oposicionista.

Foi ao longo da década de 1970, especialmente a partir das eleições de 1974, que o MDB tornou-se um partido viável, com capital eleitoral e vislumbre da possibilidade de chegar ao governo da República. Foi na mesma década que o partido adotou estratégias de atuação política que fizeram com que se adquirisse uma identidade própria: o MDB buscou uma aproximação com diversos setores da sociedade, como jovens e mulheres. Nesse mesmo período, o partido passou a veicular um discurso programático próprio: a convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte seria o caminho para o retorno da democracia.

A construção de um discurso de oposição – aquele que predominou no MDB durante a segunda metade da década de 1970, e do qual o PMDB se apropriou nos primeiros anos da década de 1980 – foi gradativa, num processo articulado com a formulação de estratégias políticas e permeado pelas implicações de um contexto de complexas relações de poder entre civis e militares. Para tal, foi necessário descartar determinados enunciados (luta armada, autodissolução, não participação

XI SEMINÁRIO DE ESTUDOS HISTÓRICOS:

"A DEMOCRACIA AINDA É A QUESTÃO: REFLEXÕES SOBRE A
DITADURA CIVIL-MILITAR E A COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE"



nas eleições), silenciar outros (ditadura, censura, tortura) e contornar os obstáculos lançando novos elementos no debate político (constituente, respeito à Declaração Universal dos Direitos Humanos, eleições diretas, democracia).

Michel Foucault chama a atenção para o papel desempenhado pelo discurso no interior de um sistema estratégico de relações de poder (2006, p. 525) e para o sistema das condições históricas de possibilidade dos enunciados (CASTRO, 2009 p. 43). Nesse sentido, Lupcínio Iñiguez enfatiza que “os discursos articulam o conjunto de condições que permitem as práticas: constituem cenários que passam a facilitar ou a dificultar as possibilidades” (2004, p. 94 - 95). Assim, não é por qualquer razão que a consolidação do discurso emedebista pró-constituente estivesse articulado com seu crescimento eleitoral: o enfraquecimento do regime permitia ao MDB avançar em seu trabalho de oposição, enquanto o discurso pelo restabelecimento da democracia via constituinte conquistava a confiança de parte do eleitorado. Esse foi o discurso que predominou na documentação partidária do MDB, entre 1975 e 1979, e na de seu sucedâneo PMDB até 1983, quando o movimento das “*diretas já*” passou a protagonizar o debate político.

Concluimos que a experiência partidária adquirida no momento mais repressivo (1966-1974) levou ao estabelecimento de um discurso que visava à restauração democrática por via institucional, baseada na conciliação e no acordo político: o retorno do regime democrático via Assembleia Nacional Constituinte. Esse discurso obteve sucesso no período de crescimento do espaço de atuação da oposição, ou seja, no período da abertura política (a partir de 1974), quando já era possível vislumbrar os primeiros traços de luz que ousavam contrastar com a sombra de um tempo que, nas palavras cuidadosas de Ulysses Guimarães, era permeado por medos e pesadelos.

REFERÊNCIAS

CARVALHO, J. M. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

CASTRO, E. **Vocabulário de Foucault** – um percurso pelos seus temas, conceitos e autores. Tradução Ingrid Müller Xavier; Revisão técnica Alfredo Veiga-Neto e Walter Omar Kohan. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

D'ARAÚJO, M. C. Raízes do golpe: ascensão e queda do PTB. In: _____; SOARES, G. A. D. (Org.) **21 anos de regime militar: balanços e perspectivas**. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1994.

DELGADO, T. **A história de um rebelde: 40 anos, 1966-2006**. Brasília: Fundação Ulysses Guimarães, 2006.

DOCKHORN, G. V. **Quando a ordem é segurança e o progresso é desenvolvimento (1964 – 1974)**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002.

FOUCAULT, M. 1978 – Diálogo sobre o poder. In: _____. **Estratégia, poder-saber** (Ditos e escritos IV). Organização e seleção de textos, Manoel Barros da Motta; tradução, Vera Lúcia Avellar Ribeiro. - 2 ed. – Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.

IÑIGUEZ, L. A linguagem nas ciências sociais: fundamentos, conceitos e modelos. In: _____. (Coord.). **Manual de análise do discurso em ciências sociais**. Tradução de Vera Lúcia Joscelyne. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004. p. 50-104.

MORAES, R.; GALIAZZI, M. C. **Análise textual discursiva**. Ijuí: Ed. Unijuí, 2007.

RIBEIRO, R. J. **A sociedade contra o social: o alto custo da vida pública no Brasil**. São Paulo, Companhia das Letras, 2000.

SIMON, P. **A reconstrução da democracia**. Brasília: Senado Federal, 2006.